

CORREIO DO VALE

Maurício Bazílio/ SES



Unidade passa por crise com falta de pagamentos

Hospital Regional é pauta na Secretaria Estadual de Saúde

Para cobrar providências urgentes sobre a saúde pública no Sul Fluminense, o deputado estadual Jari Oliveira (PSB) se reuniu com o novo secretário estadual de Saúde, doutor Ronaldo Damião, e com a subsecretária Geral de Saúde, Raquel Rivello, nesta terça-feira (05). Entre os principais temas do encontro estiveram a crise no Hospital Regional Zilda Arns, em Volta Redonda, e o atraso nos repasses estaduais para tratamentos de alta complexidade, como os oncológicos. Durante a reunião, Jari relatou ao novo secretário a grave situação na unidade, que vem acumulando denúncias de atrasos salariais, falta de pagamento de verbas rescisórias a profissionais desligados pela Organização Social IDEAS e dificuldades operacionais.

Atrasos em dietas e refeições

O parlamentar destacou ainda o episódio registrado na segunda (04), quando o fornecimento de gás de cozinha do hospital foi interrompido por falta de pagamento, provocando atraso no fornecimento das dietas prescritas aos pacientes e prejudicando também a alimentação dos funcionários. “Nosso objetivo no encontro foi relatar a situação absurda que está ocorrendo. Não podemos permitir que a população seja prejudicada”, comentou.

Divulgação/Jari Oliveira



Deputado também cobrou repasses de outros hospitais

Celeridade em encontro de contas

Jari também cobrou celeridade no encontro de contas entre a Secretaria Estadual de Saúde e a OS IDEAS, para que os profissionais que atuaram na entidade possam receber, o quanto antes, suas verbas rescisórias. Além da situação do Hospital Regional, Jari também cobrou uma solução para o atraso nos repasses do Governo do Estado destinados a procedimentos de média e alta complexidade realizados por hospitais e unidades de referência da região, como o H.FOA, em Volta Redonda, e a OncoBarra, em Barra Mansa, referências no tratamento oncológico.

Setores complexos prejudicados

Segundo o deputado, a demora nos repasses do chamado extrateto pode comprometer diretamente a continuidade dos atendimentos e colocar em risco o acesso da população a tratamentos essenciais. “Não podemos permitir que problemas administrativos ou atrasos financeiros coloquem em risco tratamentos oncológicos e outros procedimentos de alta complexidade”, afirmou.

POR REDAÇÃO

Bueiro inteligente

Bairro que costuma ser atingido por inundações nos períodos de chuva, o Mirante das Agulhas, em Resende, pode passar a contar com uma tecnologia para evitar o entupimento da rede pluvial. Trata-se do bueiro inteligente, cuja implantação foi proposta pelo vereador James do Churrasquinho (Agir).

Como funciona

Tecnologia sustentável, o bueiro inteligente consiste em cestos coletores que podem ser equipados com sensores de nível e filtram o lixo antes que ele chegue à rede pluvial. De acordo com o parlamentar, em vez de reagir após a enchente, a Prefeitura tem mais condições de agir antes que o bloqueio aconteça.

Modernização

Segundo ele, a proposta tem o intuito de modernizar o sistema de drenagem urbana do bairro, minimizando o risco de entupimentos e facilitando a limpeza urbana. “É uma solução eficiente, sustentável e de baixo custo para os problemas recorrentes de drenagem enfrentados pelo Mirante das Agulhas”, disse.

Redução de gastos

Além de prevenir alagamentos, o vereador destacou que a implantação do bueiro inteligente reduz gastos com limpeza urbana, melhora a qualidade de vida da população e dá mais segurança ao bairro. O sistema vem sendo utilizado com sucesso em cidades como Juiz de Fora (MG), Santo André (SP) e Porto Velho (RO).

Alerta

Em sessão legislativa na última quinta-feira (30) na Câmara de Angra dos Reis, o vereador Charles Neves também alertou sobre as consequências orçamentárias que a cidade pode enfrentar caso a redistribuição dos royalties de petróleo sejam aprovadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Impactos

Ao usar a tribuna, ele afirmou que a lei, em sua opinião, comete um ‘crime’ ao tentar distribuir os ganhos para outras cidades que não sofrem impacto com o petróleo. “Se houver um vazamento de petróleo aqui, isso impacta diretamente no nosso turismo e na nossa produção pesqueira”, pontuou.



Empresário aponta risco de impacto direto nas finanças locais

Análise do STF acende alerta no Sul Fluminense

Supremo analisa partilha dos royalties do petróleo hoje (06)

Da Redação

mercial e a geração de empregos”, observa.

Em acompanhamento do julgamento no Supremo Tribunal Federal, previsto para esta quarta-feira (6), o empreendedor e presidente do PSD de Barra Mansa, Leo Santos, alertou moradores para os impactos econômicos nos cofres municipais. Segundo ele, uma eventual mudança nas regras de distribuição dos royalties do petróleo tende a atingir diretamente a capacidade de investimento das cidades fluminenses.

A Corte deve analisar a validade de uma lei aprovada pelo Congresso que altera a divisão da compensação financeira paga pela exploração de petróleo. A proposta reduz a fatia destinada a estados e municípios produtores e amplia os repasses para regiões não produtoras. O Rio de Janeiro, responsável pela maior parte da produção nacional, pode sofrer perdas significativas — estimadas em cerca de R\$ 9 bilhões por ano.

Para Leo Santos, embora o debate tenha alcance nacional, os reflexos mais imediatos serão sentidos nos municípios. Ele ressalta que, mesmo cidades que não são diretamente produtoras, como as do Sul Fluminense, dependem da dinâmica econômica impulsionada por esses recursos. “A redução dessa receita impacta desde obras públicas até a atividade co-

Arrecadação bilionária

Em 2025, o estado arrecadou R\$ 24,8 bilhões em royalties, valor que representa aproximadamente um quarto de sua receita total. Nos municípios produtores, a possível redução preocupa pela dependência direta desses recursos em áreas essenciais, como saúde, educação e infraestrutura.

Leo Santos pondera que qualquer alteração na partilha precisa considerar os efeitos em cadeia sobre a economia regional. Para ele, uma transição equilibrada é fundamental para evitar desorganização financeira nos municípios. “Não é apenas uma discussão sobre divisão de recursos, mas sobre estabilidade econômica e manutenção de serviços essenciais”, afirma.

O julgamento, que retoma uma disputa iniciada há mais de uma década e suspensa por decisão da ministra Cármen Lúcia, é acompanhado com expectativa por gestores públicos e lideranças políticas. Na época, o Congresso Nacional aprovou uma lei que altera a distribuição das compensações financeiras pela exploração de recursos naturais em seus territórios ou no mar. Se a lei - que foi criada em 2012 - entrar em vigor, o percentual de estados e municípios produtores cairá de 61% para 26%.